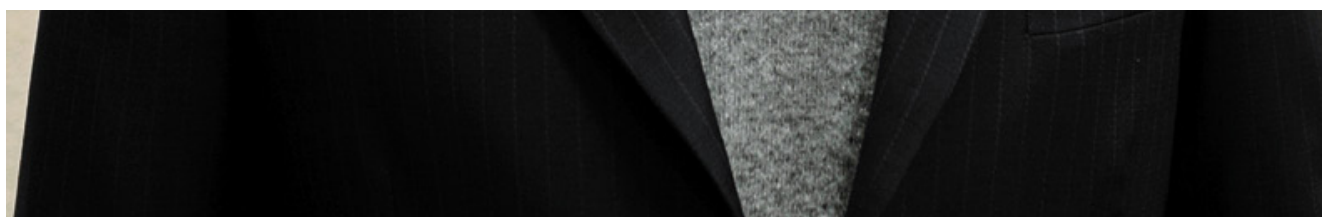


Por Caroline Martin
Especial para *O Papel*



DIVULGAÇÃO ABISRAF

Cartão Material Escolar pode beneficiar 40 milhões de estudantes e injetar R\$ 8 bilhões na cadeia do material didático



O acesso a condições ideais de escolaridade passa, necessariamente, pela aquisição de material adequado. No dia a dia letivo, cadernos, lápis, canetas, borrachas, agendas e mochilas são tão fundamentais quanto os livros didáticos na hora da aprendizagem. Para suprir essa demanda, a maioria das cidades brasileiras opta pela disponibilização de kits prontos aos estudantes matriculados na rede pública de ensino. Embora gratuitos, os kits falham na hora de atender a necessidades específicas, já que não levam em conta particularidades ou preferências do aluno.

A fim de solucionar os problemas advindos da falta de personalização, o Projeto de Lei n.º 122/2013, da senadora Lúcia Vânia (GO), propõe a criação do Cartão Material Escolar. O projeto sugere a transferência direta desse recurso aos beneficiários do Bolsa Família e também se baseia no uso de cartão magnético exclusivo para a compra do material escolar em papelarias credenciadas.

Fabio Arruda Mortara, presidente nacional da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf) e do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo (Sindigraf-SP), apoia a iniciativa e defende sua ampliação a toda a rede pública de ensino. “Se fosse universalizada para os alunos da rede pública, seriam 40 milhões de estudantes – o correspondente a 20% da população brasileira. Com aporte anual de R\$ 200 por cartão, em média, haveria a injeção de R\$ 8 bilhões na cadeia do material didático”, calcula ele.

Na entrevista concedida à **O Papel**, Mortara justifica as razões que levam a Abigraf a acreditar no cartão e lista os benefícios que seriam desfrutados não apenas pelos estudantes, mas também pela indústria gráfica.

O Papel – Como surgiu a iniciativa de criar o Cartão Material Escolar? Por que essa seria uma alternativa melhor aos atuais kits entregues pela rede pública?

Fabio Arruda Mortara – O Cartão Material Escolar segue uma linha semelhante à de outros programas públicos de benefícios, como o Vale Cultura e o Bolsa Família: atende a uma necessidade básica para a construção da cidadania, que é o acesso a condições ideais de escolaridade, o que implica dispor de material escolar adequado. Hoje, essa necessidade é suprida predominantemente pela distribuição de kits. Advêm daí vários problemas. Primeiro, o aluno que recebe o kit – cujos cadernos têm um selo da autoridade distribuidora, por exemplo – logo é identificado como “pobre” pelos colegas e passa a ser estigmatizado. Também há distorções e desperdícios, já que a composição dos kits é fixa. Então, pode acontecer de, em determinado ano, a criança possuir duas mochilas, porque a do ano anterior ainda está em boas condições, mas não ter um caderno extra para rascunho, por exemplo. O terceiro ponto está no fato de a criança e a família serem destituídas de qualquer poder de decisão e escolha. O kit é sempre aquele, sem levar em conta particularidades (como o fato de uma criança ser canhota, por exemplo, e precisar de tesoura especial) nem preferências (como uma capa de caderno bonita), que poderiam motivar a uma maior identificação com a vida escolar. Há ainda o aspecto do custo: levantamentos feitos em 2013 mostraram que o

preço total do kit é individualmente mais alto do que seria a compra fracionada do mesmo material pelo aluno, em função de questões logísticas e de embalagem. Finalmente, o Cartão Material Escolar traz benefícios adjacentes, como o estímulo das economias locais – principalmente papelarias, que hoje não participam das licitações públicas e enfrentam forte concorrência dos supermercados na venda desses itens.

O Papel – Como o cartão funcionaria na prática?

Mortara – O aluno receberia um cartão magnético com o valor do benefício a ser utilizado apenas na compra de material escolar em papelarias previamente cadastradas.

O Papel – Qual é o status atual do projeto?

Mortara – Há iniciativas semelhantes em alguns municípios do interior de São Paulo, mas a cidade mais expressiva na implementação da ideia foi Brasília, onde o cartão é adotado desde 2013 e beneficia cerca de 130 mil alunos de escolas públicas, além de mais de 200 papelarias credenciadas. Estamos acompanhando com atenção o Projeto de Lei n.º 122/2013, da senadora Lúcia Vânia (GO), que propõe a criação do Cartão Material Escolar para a transferência direta desse recurso aos beneficiários do Bolsa Família e também se baseia no uso de cartão magnético exclusivo para a compra do material escolar em papelarias credenciadas. Se fosse universalizada para os alunos da rede pública, seriam 40

Mortara: a boa educação pressupõe alunos motivados, que permaneçam na escola, e o material escolar deve ser entendido como parte do conjunto de estímulos que facilita essa inserção

milhões de estudantes, o que corresponde a 20% da população brasileira. Com aporte anual de R\$ 200 por cartão, em média, haveria a injeção de R\$ 8 bilhões na cadeia do material didático.

O Papel – Na sua visão, quais são os desafios envolvidos na aprovação do projeto?

Mortara – O baixo envolvimento das autoridades tem sido um problema. Basta dizer que, na audiência pública destinada a discuti-lo, de 32 deputados convidados, apenas dois compareceram.

O Papel – De que forma, a Abigraf e os demais participantes a favor da criação do Cartão Material Escolar pretendem intensificar esse diálogo para obter a aprovação do governo federal?

Mortara – O Cartão Material Escolar ocupa posição de destaque na agenda política da Abigraf de 2014, ao lado de outras reivindicações e ações da entidade, como o fim à bitributação do ICMS/ISS, conforme projeto de lei pelo qual muito batalhamos, já aprovado no Senado e agora em tramitação na Câmara dos Deputados. Também ingressamos recentemente na Comissão Interministerial de Compras Públicas com pedido de margem de preferência para as aquisições de livros e impressos nacionais por órgãos públicos; mantemos a bandeira lançada no último Congraf (de que o Brasil invista 10% do PIB em educação); reivindicamos a desoneração tributária de cadernos, agendas e materiais escolares em geral; aprovamos gestões relativas à redução das importações de produtos e serviços gráficos – em especial aquelas feitas de modo clandestino ou provenientes de países que não se pautam pelas normas econômicas civilizadas do capitalismo democrático; solicitamos isenção de PIS/Cofins na impressão de livros/periódicos e apoiamos redução da carga tributária das embalagens de alimentos da cesta básica. Na questão do Cartão Material Escolar e em todos esses itens, continuamos otimistas quanto às possibilidades de sucesso, na esteira de três importantes vitórias obtidas em 2013: a extinção da sobretaxa sobre o Imposto de Importação de seis tipos de papel para impressão; desoneração da folha de pagamento para o segmento de embalagens e possibilidade de compra de embalagens com o uso do cartão BNDES.

O Papel – É possível mensurar o valor gasto individualmente pelos estudantes em materiais escolares no início do ano letivo? Algum levantamento comprova esse valor ou mostra uma média de eventuais aumentos ao longo dos últimos anos?

Mortara – Neste ano, Brasília está aportando R\$ 226 por cartão, mas trata-se de um dado a ser afinado. Por coerência, o valor deveria variar em função do ciclo em que o aluno está matriculado e da abrangência da compra (se incluirá livros didáticos ou uniforme, por exemplo). Excluindo-se os livros, um aluno em início de alfabetização consome mais material escolar do que um estudante de Ensino Médio.

O Papel – Além de beneficiar os estudantes que receberão o Cartão Material Escolar, de que forma o projeto poderá contribuir com a indústria gráfica, incluindo fabricantes e fornecedores?

Mortara – A compra por leilões abre portas a uma concorrência desleal com produtos importados de países com carga tributária mais baixa, menos exigências trabalhistas e pouca preocupação com a sustentabilidade de seus processos e insumos, denotando uma grave distorção diante da alta tributação dos materiais escolares nacionais. Na cadeia gráfica, por exemplo, pagam-se cerca de 40% de tributos em cadernos escolares, apesar de isentos de IPI, enquanto as agendas escolares são oneradas em 64%, em média. Na ponta das papelarias, as queixas apontam o modelo dos leilões, que excluem os varejistas.

O Papel – O projeto também poderia fortalecer o segmento de imprimir e escrever no País? De que maneiras?

Mortara – A Abigraf entende que a boa escolarização é a base do desenvolvimento social e econômico de um País. O Brasil precisa de profissionais qualificados para ganhar produtividade e recuperar competitividade no cenário internacional. A boa educação, porém, pressupõe alunos motivados, que permaneçam na escola, e o material escolar deve ser entendido como parte do conjunto de estímulos que facilita essa inserção. Certamente se pode pressupor ainda que mais anos de escolaridade resultem em maior gosto pela leitura, mas não é algo que se possa dimensionar. ■